

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA: UM OLHAR HISTÓRICO – SOCIAL

Heloisa Vitória de Castro
Faculdade de Educação-UFG
Comunicação
Formação e profissionalização docente

Este trabalho propõe analisar historicamente a educação especial e a inclusão de deficientes no decorrer da história da humanidade, percorrendo o caminho desde os povos nômades até nossa sociedade atual. O tema surgiu a partir da observação feita durante o Estágio I e II, em uma escola de Ensino Especial de Goiânia. Na ocasião observou-se o papel decisivo do professor no processo de aprendizagem desses alunos especiais. Após as observações que duraram dois semestres, pode-se concluir que, somente quando o professor se reconhece como um sujeito cultural, mediador e potencializador da educação, essa educação realmente acontecerá. Porém para compreensão dos caminhos percorridos e as dificuldades até hoje vividas pela Inclusão, que esbarra muitas vezes na burocracia e no preconceito, fez-se necessário um levantamento histórico que nos levasse a entender como se deu ao longo do tempo essa exclusão e conseqüentemente como houve a inclusão desses deficientes. Valendo que a filosofia da Educação Especial parte do pressuposto que todas as pessoas podem aprender e fazer parte da vida escolar e comunitária, verifica-se a relevância desse projeto de pesquisa, que pode contribuir na compreensão do professor em relação ao seu trabalho dentro da escola, consciente da diversidade dos seus alunos, acreditando que essa diversidade pode fortalecer a turma como um todo, oferecendo aos membros, regulares ou especiais, oportunidades de aprendizagem.

Palavras- chave: Educação – Inclusão -Formação Docente

A história da exclusão dos deficientes é muito antiga, e podemos dizer que surgiu juntamente com a civilização humana. Na Grécia antiga como relata Marcílio (1998, p.23), os bebês nascidos disformes deveriam ser expostos, a deformidade da criança ou a pobreza da família bastavam para que a justiça doméstica decretasse sua morte ou se abandono. Na Roma antiga os bebês malformados eram enfeitados ou afogados. Estes podiam ser perfeitamente mortos, atirados ao mar ou queimados. Acreditava-se que as deformidades traziam mau agouro para comunidade e para a família. Ao analisarmos todo esse histórico de abandono e exclusão da criança deficiente, não podemos nos esquecer que o simples fato da condição de ser criança já deixava esse indivíduo em desfavorecimento. Ainda na antiguidade clássica a criança era vista como uma miniatura do adulto. Platão citado por Jaeger (1995), foi considerado por alguns autores como o fundador da primeira infância, mesmo assim, os gregos não reconheciam a capacidade infantil. Platão considerava que a única virtude das crianças parece ser o fato de serem ‘facilmente moldadas’, isto é, elas podem ser convertidas em adultos. Apesar desse sentimento em relação à criança, Platão defendia que a educação deveria ter caráter público, onde meninos e meninas recebessem igual instrução. Esta, por sua vez, precisava ser iniciada o mais cedo possível, sendo sugerida às crianças pequenas (na faixa etária de três a seis anos) a prática de diferentes jogos, inventados por elas mesmas ou não. Para as crianças mais velhas, Platão recomendava que praticassem sempre os mesmos jogos com as mesmas regras, pois quem se habitua a ser regido por princípios bons não terá, no futuro, necessidade de alterar as leis e

convenções aprovadas pela comunidade. Apesar do pensamento de Platão em relação aos princípios da educação estar à frente de seu tempo, ele tinha uma concepção excludente em relação aos deficientes, na verdade, um sentimento comum à sua época, Platão em seu livro "República" propõe a morte das crianças de corpo mal organizado e o cuidado dos que receberam da natureza corpo são e alma formosa. Aristóteles no livro "Política" sugere a proibição de alimentar toda criança "disforme". Também, segundo ele, era inútil o Estado investir na educação da pessoa surda, pois "o pensamento é impossível sem a palavra". Posteriormente, criou-se a idéia de que os deficientes eram endemoniados.

Havia entre os judeus, ainda no tempo de Cristo, a crença de que a deficiência era causada por castigo pelos pecados da própria pessoa ou de seus antepassados, por interferência dos maus espíritos e/ou por forças da natureza (Jo 9,1-3). Com o advento do Cristianismo predomina a compaixão. Entre os milagres de Cristo aparece em grande número a cura de pessoas com deficiência física, surdos (Mc 7,31-37) e cegos. Ainda na antiguidade os povos chineses lançavam crianças deficientes ao mar, os gauleses sacrificavam-nos aos deuses Teutates, em Esparta eram lançados do alto dos rochedos e em Atenas eram rejeitados e abandonados nas praças públicas ou nos campos. Os povos Hebreus também tinham a visão bíblica de que a deficiência era sinal de impureza e representação do pecado, fosse este pecado cometido pelo próprio indivíduo ou mesmo dos pais. Entre os povos romanos eram tomadas posições drásticas com as pessoas com deficiência. Sêneca afirmou em seus escritos :

Matam-se cães quando estão com raiva; exterminam-se touros bravios; cortam-se as cabeças das ovelhas enfermas para que as demais não sejam contaminadas; matamos os fetos e os recém-nascidos monstruosos; se nascerem defeituosos e monstruosos, afogamo-los, não devido ao ódio, mas à razão, para distinguirmos as coisas inúteis das saudáveis. (SÊNeca *apud* SILVA, 1986, p.128,129)

O deficiente físico que sobrevivesse aos sacrifícios impostos a sua condição, teria que superar todo preconceito que viria posteriormente, inclusive na educação, já que a educação da criança estava relacionada ao treinamento físico, para que se assegurasse uma constituição forte e um físico bem desenvolvido, deixando obviamente de lado aqueles que não correspondessem a essa expectativa. Apesar disso, o deficiente físico teve um papel importante no processo educacional dos jovens gregos, já que estes segundo Monroe (1974, p. 41) ao deixarem os cuidados da ama, ficavam a cargo de um pedagogo- escravo ou servo a quem era confiada à responsabilidade do zelo moral e do cuidado geral sobre a criança. Muitas vezes se escolhia para esse cargo alguém que, em virtude da idade, de aleijão, ou de outros defeitos, fosse incapaz para os serviços domésticos.

Durante a Idade Média, até o século XVIII, o conceito a respeito da deficiência estava sempre ligado ao misticismo, ao ocultismo e à religiosidade, não havia nenhuma análise científica que amparasse essas pessoas. Desta forma, a própria religião, com toda sua influência social e cultural, colocava o homem como imagem e semelhança de Deus, sendo assim, ele deveria ser perfeito, incluindo perfeição física e mental, considerando que os deficientes não refletiam a perfeição divina. Diante dessa interpretação destes textos religiosos, os deficientes eram colocados à margem da condição humana. Esse conceito mencionado perdurou por toda Idade Média, o que tornava comum, famílias com membros deficientes esconderem estes filhos, para que

nem estes membros, nem mesmo os outros membros “normais”, sofressem com a discriminação da sociedade vigente. Os indivíduos surdos eram vistos como ineducáveis ou possuídos por maus espíritos, sendo assim, cegos e surdos de nascença eram impedidos de exercer o sacerdócio. Já no fim da Idade Média e início do Renascimento que se parte da perspectiva religiosa para a perspectiva da razão, a deficiência passa a ser analisada sob a ótica médica e científica. Apesar da mudança de visão, permaneceu a ambigüidade caridade-açoite, onde se acreditava que era possível tratar doenças com tortura. A criança que tinha uma boa condição financeira era hospitalizada e tratada com atenção, enquanto os desafortunados eram colocados em asilos com pessoas das mais diversas origens e problemas, pois não se acreditava que pudessem se desenvolver em função da sua “anormalidade”. Rousseau em seu livro *Emílio ou Da Educação*, descreve as suas exigências em relação à criança ideal, já que como não era o pai, teria o direito de escolher, segundo ele : “O contrato estabelecido de antemão supõe um parto feliz, uma criança bem formada, vigorosa, sadia.” (1992,p.30), logo depois diz claramente a sua concepção sobre alunos deficientes, acreditava que o corpo deve ser vigoroso para que obedeça a alma: “Não quero saber de um aluno sempre inútil a si mesmo e aos outros, que só se ocupe com se conservar e cujo corpo prejudique a educação da alma.” (1992, p.31)

Segundo Rousseau o aluno ideal era saudável e robusto, dono de suas funções motoras, já que para ele o professor não é enfermeiro para cuidar de um aluno doente. Esse pensamento era bem comum no Início da Idade Moderna, onde os deficientes quando não eram expostos, eram sacrificados ou submetidos a funções humilhantes, como foi o caso dos bobos da corte e de mendigos. De acordo com Marcílio (1998,p.47), era comum na época a exposição de filhos seriamente doentes e deficientes, sem nenhum constrangimento. Dentre as causas comumente alegadas para o abandono estavam a pobreza, ilegitimidade, defeitos e má saúde.

Segundo Ariés (1981, p. 51): “Até por volta do séc. XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse a incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo.” Ou seja, ao longo de toda a história tentou-se fazer com que a criança tivesse sentimentos e atitudes adultas, porém com toda a sua fragilidade, em muitos momentos era quase impossível devido sua limitação. O mesmo acontece ao deficiente físico, devido à sua limitação ele é desconsiderado, colocado à margem da história. Não vemos em todo processo histórico, heróis e líderes portadores de deficiências físicas. Platão defendia um longo processo educativo para formação dos guardiões, tendo como pilares duas artes bastante valorizadas pelos gregos: a música e a ginástica. A educação do corpo deveria seguir o modelo da ginástica militar espartana, que tem por base exercícios físicos. Para que se possa escolher o melhor guardião. Platão entende ser necessário submeter os educandos a duras provas de habilitação, as quais incluem avaliação da faculdade mnemônica, da resistência à dor e à sedução e da capacidade demonstrada na execução de trabalhos árduos. Ao vermos essas exigências em relação ao guardião em potencial, vemos a exclusão do deficiente físico, já que devido a sua limitação física poderia não conseguir cumprir as provas de ginástica, e com certeza, naquela época não eram nem mesmo selecionados a fazer essas provas.

No início da Idade Moderna à medida que conhecimentos na área da Medicina foram sendo construídos e acumulados, a deficiência passou a ser vista como doença, de natureza incurável, gradação de menor amplitude da doença mental. Desta forma, começam a acontecer às primeiras práticas sociais formais de atenção à pessoa com deficiência. Com a perda da influência do feudalismo, surgiu a idéia de que os deficientes deveriam ser engajados no sistema de produção, ou assistidos pela

sociedade, que contribuía compulsoriamente. Já com o surgimento do Renascimento, a visão assistencialista deu lugar à postura profissional e integrativa dos portadores de deficiência. O modo científico de pensar a realidade da época acabou com o obsoleto estigma social, o qual influenciava no tratamento para com as pessoas portadoras de deficiência e a busca racional de sua integração fez-se por várias leis, as quais passaram a ser promulgadas. A partir de 1789, vários eventos foram feitos com a intenção de propiciar meios de trabalho e locomoção aos portadores de deficiência física, dentre eles, a cadeira de rodas, as muletas, bengalas, bastões, macas, coletes, próteses, veículos adaptados, camas móveis, entre outros. Em 1829 o sistema de Código Braille criado por Louis Braille foi publicado, propiciando a perfeita integração dos deficientes visuais ao mundo da linguagem escrita. Foi na Idade Moderna que se distinguiu, pela primeira vez, surdez de mudez. A expressão surdo-mudo, deixou de ser a designação do surdo. Não se sabe ao certo a data precisa do início do uso da Língua de sinais, porém John Bulwer, médico inglês, acreditava que a língua gestual deveria possuir um lugar de destaque, na educação para os surdos; foi o primeiro a desenvolver um método para comunicar com os surdos. Publicou vários livros, que realçam o uso de gestos.

No Brasil a inclusão desses deficientes na história de forma concreta se dá quando D. Pedro II mandou que em 12 de setembro de 1854 se edificasse o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, nome que depois mudou para Instituto Benjamin Constant (IBC), com mais de 150 anos a serviço dos cegos. Foi também D. Pedro II que deu uma atenção aos surdos-mudos, através do Instituto dos surdos-mudos em 1857, hoje Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES) com 150 anos de existência. Estes dois institutos foram muitos importantes ao longo da história tanto que em 1883, houve o 1º Congresso de Instrução Pública que abriu a discussão da educação dos portadores de deficiência no país, no qual se falou de formação de professores para cegos e surdos. Já em 1927 falava-se da obrigatoriedade escolar de pessoas com deficiência para crianças de 7 a 14 anos. Devemos deixar claro que como a maioria das políticas públicas voltadas às classes excluídas da sociedade brasileira teve influência estrangeira, em relação aos deficientes não foi diferente, já que tivemos uma grande influência das experiências européias e dos Estados Unidos. A criação do IBC é exemplo disso, pois grande parte desse projeto deve-se a um cego brasileiro, José Álvares de Azevedo, um jovem que nasceu cego e era de família abastada, tendo a oportunidade de estudar no Instituto dos Jovens Cegos de Paris, fundado por Valentin Haüy no século XVIII.

Até a metade do século XX, houve o surgimento de novas instituições, muitas das quais religiosas, de caráter filantrópico, conveniadas, de caráter religioso que sendo ajudadas pelo Estado e donativos da comunidade, prestaram ajudas às pessoas com deficiência. Após a II Guerra Mundial, o Brasil foi afetado pela poliomielite, atingindo todas as classes sociais de modo que houve a fundação de diversas instituições entre as quais a APAE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, fundada nos anos de 1950, no RJ. Apesar da criação de várias instituições, até 1956 a educação especial teve um caráter mais assistencial do que verdadeiramente educacional, pois não havia uma preocupação de educar os portadores de necessidades especiais para integrá-los a sociedade, mas sim fornece - lhes algumas condições básicas e necessárias a sua sobrevivência. E ainda, as ações na grande maioria, foram voltadas para atender aos cegos, surdos e deficientes mentais, excluindo, dessa forma, pessoas com outras deficiências. (MAZZOTTA, 2003)

Um seguimento desse período apresentado por MAZZOTTA que vai de 1957 a 1993, ao contrário, já apresenta políticas educacionais de âmbito nacional. 1957 foi o ano em que o governo federal assumiu explicitamente, em nível nacional:

O atendimento educacional aos excepcionais foi explicitamente assumido, a nível nacional pelo governo federal, com a criação de campanhas especificamente voltadas para os excepcionais. A primeira delas foi a Campanha Para a Educação de Surdos Brasileiros – C.E.S.B. – pelo Decreto Federal nº 42.728 de três de dezembro de 1957. As instituições para sua organização e execução foram objeto da Portaria Ministerial nº114, de 21 de março de 1958, publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 1958. (MAZZOTTA, 2003.p.49)

Em 1961, no Brasil, com a homologação da Lei Diretrizes e Bases 4.024/61, a educação da pessoa com deficiência passou a ser integrada no sistema regular de ensino. No entanto, a LDB de 1961 dizia em seu artigo 88 que essa integração poderia ocorrer somente quando o enquadramento fosse possível. Nesse sentido, pode se entender que o atendimento especial ficava a margem do sistema escolar.

[...] pode – se interpretar que, quando a educação de excepcionais não se enquadrar no sistema geral de educação, estará enquadrada em um sistema especial de educação. Neste caso se entenderia que as ações educativas desenvolvidas em situações especiais estariam à margem do sistema escolar ou “sistema geral de educação. (MAZZOTTA, 2003, p.68)

Em 1972 a LDB de 1961 é alterada e criada a lei nº. 5.692/71, fixando as diretrizes e bases de ensino de 1º e 2º graus. Essa lei em seu artigo 9º(nono) assegurava tratamento especial aos alunos com deficiências física ou mental e aos que se encontrem em atraso escolar em relação à idade e aos superdotados. Ou seja, a partir dessa lei entende-se que o atendimento dos excepcionais não deve ocorrer no ensino escolar, mas sim em instituições especiais (MAZZOTA, 2003).

No ano de 1972, expedido pela portaria de 25 de maio, foi instituído, ainda, pelo ministro da educação, o chamado Grupo-Tarefa de educação especial. Esse grupo desempenhava estudos, seminários com pesquisadores internacionais e pesquisa. O período de sua existência colaborou para a criação, no Ministério de Educação e Cultura, de um órgão central responsável pelo atendimento aos portadores de deficiência no Brasil, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), pelo Decreto nº 72.425 de 03 de julho de 1973, com sede no Rio de Janeiro. De acordo com regime interno (Portaria nº 550 de 1975, artigo 2º citado por ALMEIDA:

O CENESP tem por finalidade planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da educação especial no período pré – escolar, nos ensinos de 1º e 2º graus, superior e supletivo, para os deficientes da visão, da audição, mentais, físicos, portadores de deficiências múltiplas, educandos com problemas de condutas, e os superdotados, visando sua participação progressiva na comunidade, obedecendo aos princípios doutrinados, políticos e científicos que orientam a Educação Especial. (ALMEIDA, 2003, p.17)

Além disso, em âmbito internacional por iniciativa da ONU (Organização das Nações Unidas) o período de 1981 a 1991 foi considerado a década internacional das pessoas portadoras de deficiência. Essa celebração trouxe a tona questões como integração social e igualdade de direitos. Com esses mesmos princípios em voga foi realizada ainda a Convenção Internacional sobre Direitos da Criança (1989), e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990).

No Brasil, a partir dos anos 1980, alguns movimentos de pessoas portadores de necessidades especiais, inspirados pela Organização das Nações Unidas (ONU) se destacaram. Em 1980 foi realizado em Brasília o I Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, com cerca de mil participantes. Em 1984, foram fundadas a

Federação Brasileira de Entidades de Cegos (FEBEC) e a Organização Nacional de Educação e Integração de Surdos (ONEDEF). Esses movimentos se expandiram e se destacaram em nível internacional (SOUZA E PRIETO, 2002).

Todas as iniciativas da década de 1980, tanto aqui no Brasil quanto nos países desenvolvidos, irão expressar - se com a Declaração de Salamanca. Esta foi realizada na cidade que leva o mesmo nome, Salamanca na Espanha, nos dias 7 a 10 de junho 1994 em uma Conferência Mundial sobre necessidades educacionais especiais, ela reafirma principalmente o direito de “Educação para Todos”.

A Declaração de Salamanca teve como base a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1990, que menciona, sobre a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais deverá acontecer integrada ao sistema educacional, tendo como princípio a não - segregação (SOUZA e PIETRO, 2002). Essas iniciativas no âmbito internacional terão significativa influência nas políticas de inclusão, ao longo dos anos de 1990. No reconhecimento da necessidade de ação para conseguir escolas para todos, a Declaração de Salamanca destaca que:

[...] toda criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhes são próprios. [...] As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança capaz de atender a essas necessidades. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 1)

Esses documentos inspiraram - se no princípio de integração e no reconhecimento da necessidade de ação para promover o direito de ter escolas para TODOS, ou seja, instituições que incluam a todos, reconhecendo as diferenças, promovendo a aprendizagem e atendendo as necessidades de cada um. Refletindo sobre as leis, Mantoan diz: “Na concepção inclusiva e na Lei, esse atendimento especializado deve estar disponível em todos os níveis de ensino, de preferência na rede regular, desde a educação infantil até a universidade”. (MANTOAN, 2004, p. 38)

No início do século XX, foram surgindo algumas instituições especializadas. Os primeiros interlocutores oficiais que responderam pela defesa dos direitos e dos interesses das pessoas com deficiência surgiram basicamente nas décadas de 30 e 50 com a Sociedade Pestalozzi e a Associação de Pais e Amigos do Excepcional – APAE. Foi Helena Antipoff, psicóloga russa, residente no Brasil desde 1929, que criou a Primeira Sociedade Pestalozzi em Minas Gerais, no ano de 1932 e fundou em 1945 a Sociedade Pestalozzi do Brasil no Rio de Janeiro, além de ter contribuído muito com a Educação Especial em todo o País. Em 1971 foi criada a Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi do Brasil, aglutinando todas as Sociedades distribuídas pelo País. Quanto à Associação de Pais e Amigos do Excepcional/APAE, constatamos que a primeira, data do ano de 1954 e foi criada no Rio de Janeiro pelo estímulo de um norte-americana, Beatrice Bemis, que na ocasião se encontrava no Brasil. Outras APAE foram criadas em todo o território nacional, culminando com a criação da Federação Nacional das APAE. Conforme Almeida (2003), a educação especial em Goiás, na rede estadual, teve o seu início de forma isolada em 1953, por meio da Lei n. 926, que criou o Instituto Pestalozzi de Goiânia (IPG) para atender aos alunos com deficiência, apesar de ter sido inaugurado apenas em 25 de janeiro de 1955. Em relação ao período anterior ao ano de 1953, não existe nenhuma informação oficial no âmbito do Estado quanto ao atendimento educacional dispensado especificamente às pessoas com deficiência pelo setor público. Pela iniciativa privada, constatamos que a Vila São Cotolengo, em Trindade/GO, desde a sua criação em 1952, já dispensava proteção e assistência às pessoas com deficiência ali entregues. Como em todo o Brasil, a Educação Especial em

Goiás expandiu-se no setor público mediante as ações e ao incentivo do governo federal. Em 1973, foi criada em Goiânia a Seção de Ensino Especial, vinculada ao Departamento de Ensino Supletivo da Secretaria Estadual de Educação, passando, posteriormente, em 1976, a funcionar como Divisão de Ensino Especial na Unidade de Ensino de 1º Grau. Na época, contava com apenas dois funcionários e, em convênio com o CENESP, promoveu cursos de capacitação de pessoal docente, programas de bolsas de estudos e criou classes especiais no ensino regular, atendendo a alunos com deficiência mental educável definidos pelo CENESP (1975, p.10) como:

Alunos cujo funcionamento geral da inteligência, significativamente abaixo da média, está associado a alterações no comportamento adaptativo, tornando-os incapazes de aproveitamento regular do programa escolar. Entretanto, seu progresso no plano social e ocupacional permite-lhes, na idade adulta, sustentarse parcial ou totalmente. QI 50-55 a 75-90. (1975, p. 10)

Os anos 1970 representaram a institucionalização da Educação Especial em nosso país, com a preocupação do sistema educacional público em garantir o acesso à escola aos portadores de deficiências. Por iniciativa do CENESP, foram implantados subsistemas de Educação Especial nas diversas redes públicas de ensino através da criação de escolas e classes especiais, assim como projetos de formação de recursos humanos especializados em todos os níveis, inclusive enviando docentes para pós-graduação no exterior. O desenvolvimento de novas metodologias e técnicas específicas permitiu a aprendizagem e o desenvolvimento acadêmico desses indivíduos, até então alijados do processo educacional. “O deficiente pode aprender”, essa se tornou a palavra de ordem, resultando numa mudança de paradigma do “modelo médico”, predominante até então, para o “modelo educacional”. A ênfase não era mais a deficiência intrínseca do indivíduo, mas sim a falha do meio em proporcionar condições adequadas que promovessem a aprendizagem e o desenvolvimento (GLAT & FERNANDES, 2005). Todavia, apesar dos avanços, a Educação Especial funcionava como um serviço paralelo, com currículos e organização própria. As classes especiais serviam mais como espaços de segregação para aqueles que não se enquadravam ao sistema regular de ensino, do que uma possibilidade de ingresso na rede de alunos com deficiências, cuja maioria ainda continuava em instituições especializadas. Acompanhando a tendência mundial da luta contra a marginalização das minorias, começou a se consolidar em nosso país, no início dos anos de 1980, a filosofia da Integração e Normalização. A premissa básica era de que pessoas com deficiências têm o direito de usufruir as condições de vida o mais comuns ou normais possíveis da sua comunidade, participando das mesmas atividades sociais, educacionais e de lazer que os demais. O “deficiente pode se integrar na sociedade” tornou-se, assim, a matriz política, filosófica e científica da Educação Especial. Este novo pensar sobre o espaço social das pessoas com deficiências, que tomou força em nosso país com o processo de redemocratização, resultou em uma transformação nas políticas públicas, objetivos e qualidade dos serviços de atendimento a esta população.

De fato, o importante para toda comunidade escolar é que se desfaça toda essa política de segregação criada em torno da inclusão, já que muitas vezes criam-se motivos para que a inclusão não aconteça dentro da escola, dando continuidade às políticas excludentes, achando coerente separar os alunos “bons” dos “ruins” ou “normais” dos “anormais”, ou até mesmo criar abreviaturas para nomear os alunos, transformando o ser humano em uma extensão da sua deficiência, fazendo com que o Deficiente Visual seja o “DV”, o Deficiente Auditivo o “DA”, dentre tantas outras abreviações que fazem com que a pessoa com deficiência perca sua maior identidade que é o seu nome, e o direito de ser chamado por ele. Somente analisando

historicamente o percurso das pessoas com deficiência, pode-se compreender o motivo pelo qual ainda se acredita que a condição do corpo condiciona o aprendizado da alma. Mesmo depois de toda tentativa de conscientização, ainda não se compreendeu que pior que ser portador de uma deficiência, é ser portador de um rótulo de incapacidade.

Referências

ALMEIDA, Dulce Barros de. *Do Especial ao Inclusivo? Um estudo da proposta de “inclusão escolar” da rede estadual de Goiás no município de Goiânia*. 2003. 204f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual Campinas, Campinas, 2003.

ÁRIES, Philippe, *História Social da Criança e da Família*. 2ª edição. Ed. LTC, 1981.

BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara. *Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania*. São Paulo. Editora Papirus. 1998. Série Educação Especial.

BÍBLIA SAGRADA. 100ª edição. São Paulo: Ave Maria. Edição Claretiana, 1995.

BRASIL. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL/CNE/CEB. *Resolução Nº 2*. Brasília/DF, 2001.

BRASIL/MEC/CENESP. *Regimento Interno. Portaria n. 550*. Brasília/DF, 1975.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília/DF: Senado, 1988.

BRASIL/MEC. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394*. Brasília/DF, 1996.

BRASIL/MEC/INEP. *Censo Escolar 2006*. Disponível: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/brasil.pdf>>. Acesso em: 05/11/2007.

BRASIL/MEC/SEESP.brasielira. *Revista Inclusão: MEC / SEESP*, vol. 1, nº 1, p. 35-39, 2005.

BRASIL/MEC/SEESP. *Documento Experiências Educacionais Inclusivas*. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/experienciaseducacionaisinclusivas.pdf> Acesso em: 05/11/2007.

BRASIL/MEC/SEESP. *Educação Inclusiva: a fundamentação filosófica/coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2004.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre princípios, política e prática em educação especial. Disponível: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> > Acesso em: 05/11/2007.

GLAT & FERNANDES, E. M. *Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial*. brasileira. Revista Inclusão: MEC / SEESP, vol. 1, nº 1, p. 35-39, 2005.

JAEGGER, Werner. *Paidéia – A formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LIMA, S.S L; RAMOS, N.A.P. *Legislação Educação Especial no Brasil: o paradoxo da exclusão da inclusão e inclusão da exclusão*. In: NUNES, S.F *Inclusão educacional – pesquisa e interfaces*. Rio de Janeiro, Livre expressão, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2004.

_____. *Inclusão: a escola está preparada para ela?* *Revista Nova Escola: Inclusão*. Brasília, V. 20, n. 182, 2005.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998.

MAZZOTTA, Marcos J. S. *Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MONROE, Paul. *História da Educação*. Tradução e notas de Idel Becker. 10ª ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1974

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. Tradução de Sérgio Milliet. R. T Bertrand Brasil, 1992.

SILVA, Otto Marques da. *A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e hoje*. São Paulo: Dedas, 1986.